



Senado Federal

CONCURSO PÚBLICO

Aplicação: 3/2/2002

CARGO:

CONSULTOR DE ORÇAMENTOS

CADERNO DE PROVA:

PRIMEIRA ETAPA – PARTE II

CEspe
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE SELEÇÃO E DE PROMOÇÃO DE EVENTOS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES NO VERSO.



SENADO FEDERAL
Concurso Público – Aplicação: 3/2/2002
CARGO: CONSULTOR DE ORÇAMENTOS

INSTRUÇÕES

- 1 Este caderno consta da prova objetiva da Primeira Etapa – Parte II: **Conhecimentos Específicos**.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta divirja do gabarito oficial definitivo acarretará a perda de 0,20 ponto, conforme consta no Edital n.º 1/2001 – SENADO, de 31/10/2001.
- 4 Não é permitida a utilização de nenhum material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, o candidato não deverá levantar-se ou comunicar-se com outros candidatos.
- 6 A duração da prova é de **três horas e trinta minutos**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da Folha de Respostas.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes nas presentes Instruções, na Folha de Rascunho ou na Folha de Respostas poderá implicar a anulação da prova do candidato.

AGENDA

- I **5/2/2002** – Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas na Internet — no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br> — e nos quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **6 e 7/2/2002** – Recebimento de recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas exclusivamente nos locais que serão informados na divulgação desses gabaritos.
- III **28/2/2002** – Data provável da divulgação (após a apreciação de eventuais recursos), no Diário Oficial e nos locais mencionados no item I, do resultado final das provas objetivas e da convocação para as provas discursivas.

Observações:

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido no item 10 DOS RECURSOS do Edital n.º 1/2001 – SENADO, de 31/10/2001.
 - Informações relativas ao concurso poderão ser obtidas pelo telefone 0(XX)-61-448-0100.
 - É permitida a reprodução deste material, desde que citada a fonte.
-



SENADO FEDERAL

Concurso Público – Aplicação: 3/2/2002

CARGO: CONSULTOR DE ORÇAMENTOS

Nas questões de 51 a 80, marque, de acordo com o comando de cada uma delas: itens **CERTOS** na coluna C; itens **ERRADOS** na coluna E. Na Folha de Respostas, a indicação do campo **SR** servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implicará apenação ao candidato. Use a Folha de Rascunho para as devidas marcações e, posteriormente, a Folha de Respostas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 51

Na história das constituições brasileiras, é possível avaliar o momento político mediante o tratamento dado ao tema referente ao orçamento público, vez que este está direta e indiretamente relacionado a estrutura e forma do aparelho de Estado. Em relação à matéria orçamentária nas diferentes constituições brasileiras ao longo do tempo, julgue os itens a seguir.

- 1 Na Constituição de 1891, elaborar o orçamento era função privativa do Congresso Nacional.
- 2 Na Constituição de 1934, competia ao Poder Executivo elaborar a proposta orçamentária e ao Poder Legislativo, emendar sem limitações a proposta, votar o orçamento e julgar as contas do presidente, com o auxílio do tribunal de contas.
- 3 Na Constituição de 1937, o Poder Executivo detinha iniciativa das leis orçamentárias. Foram retiradas as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à iniciativa de leis ou emendas que criassem ou aumentassem as despesas, inclusive emendas ao projeto de lei do orçamento.
- 4 A Lei de Diretrizes Orçamentárias foi introduzida no processo orçamentário brasileiro pela Constituição de 1946, sendo retirada durante o regime militar e retornando com a Constituição de 1988, que lhe definiu novas atribuições.
- 5 Na Constituição de 1967, o orçamento federal era elaborado e decretado pelo chefe do Executivo.

QUESTÃO 52

O plano plurianual é o principal instrumento de planejamento de médio prazo das ações do governo brasileiro, conforme determina a Constituição da República. Para o período de 2000 a 2003, o plano apresentado pelo governo ao Congresso, que recebeu o nome de Avança Brasil, trouxe mudanças de grande impacto no sistema de planejamento e orçamento federais.

Foi adotado um novo conceito de programa, segundo o qual as ações e os recursos do governo são organizados de acordo com os objetivos a serem atingidos. Coerente com o plano de estabilização fiscal, a quantificação dos programas e de suas ações foi fundamentada na previsão de recursos fiscais para o período.

Internet: <<http://www.abrasil.gov.br>> (com adaptações).

Julgue os itens abaixo, relativos à lei que dispõe acerca do plano plurianual para o período de 2000 a 2003.

- 1 As codificações de programas e ações do plano serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.
- 2 O Poder Executivo deve enviar ao Congresso Nacional, até o dia 15/4 de cada exercício, relatório de avaliação do plano plurianual que deve conter, entre outras informações: o demonstrativo, por programa e para cada indicador, do índice alcançado ao término do exercício anterior comparado com o índice final previsto; e a avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas físicas e da previsão de custos para cada ação, relacionando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias.
- 3 A exclusão ou alteração de programas constantes da Lei do plano plurianual para o período de 2000 a 2003 ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo nos projetos de lei de diretrizes orçamentárias.
- 4 A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas, quando envolverem recursos dos orçamentos da União, poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, alterando-se na mesma proporção o valor do respectivo programa.
- 5 O Poder Executivo está autorizado a efetuar a alteração de indicadores de programas e a incluir, excluir ou alterar outras ações e respectivas metas, exclusivamente nos casos em que tais modificações envolvam recursos dos orçamentos da União.

QUESTÃO 53

De acordo com a Constituição de 1988, o Tribunal de Contas da União (TCU) teve a sua jurisdição e a sua competência substancialmente ampliadas. Recebeu poderes para, no auxílio ao Congresso Nacional, exercer a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade e economicidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Assim, ao TCU compete, nos termos da Constituição da República e na forma estabelecida na legislação vigente,

- 1 proceder por iniciativa própria ou por solicitação do Congresso Nacional, de suas casas ou de partido político com representação nas duas casas, à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial das unidades dos poderes da União e de outras entidades da administração direta.
- 2 apreciar para fins de registro, na forma estabelecida no Regimento Interno do TCU, a legalidade de todos os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo poder público federal, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, incluídas as melhorias posteriores que alterem o fundamento legal do ato concessório.
- 3 emitir parecer prévio sobre as contas do governo de território federal, no prazo de 60 dias, a contar de seu recebimento, na forma estabelecida no regimento interno.
- 4 decidir sobre denúncia que lhe seja encaminhada por qualquer cidadão, partido político, ou pessoa jurídica regularmente constituída.
- 5 regulamentar, no âmbito de sua competência e jurisdição, mediante a expedição de atos e instruções normativas sobre matéria de suas atribuições e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade.

QUESTÃO 54

A Resolução do Congresso Nacional (CN) n.º 1/2001 é a norma que dispõe acerca da comissão mista de planos, orçamentos públicos (CMPOF), fiscalização e a tramitação das matérias de natureza orçamentária no Congresso Nacional. No que se refere às normas da Resolução CN n.º 1/2001, julgue os itens a seguir.

- ❶ Após terem sido apreciados pelas comissões de mérito de cada uma das casas do Congresso Nacional, os projetos de planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição da República serão examinados pela CMPOF, que emitirá parecer quanto a adequação e compatibilidade com o plano plurianual, nos termos da Constituição vigente, com as leis de diretrizes orçamentárias, orçamentária anual e complementares e com as normas que regem a matéria.
- ❷ As funções de presidente, vice-presidente, relator-geral e relator-setorial do projeto de lei orçamentária anual, bem como a de relator do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, serão exercidas, a cada dois anos, alternadamente, por representantes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.
- ❸ O projeto de lei do plano plurianual e o projeto de lei orçamentária anual poderão ser divididos em até quinze áreas temáticas, que ficarão a cargo dos respectivos relatores-setoriais, nos termos do regulamento interno.
- ❹ Os relatores do projeto de lei orçamentária anual e dos créditos adicionais deverão indicar em seus relatórios, para votação em separado, cada subtítulo que contenha contrato, convênio, parcela ou subtrecho em que foram identificados indícios de irregularidades graves informados pelo TCU.
- ❺ O relator-geral poderá, no decorrer dos trabalhos, propor à comissão alteração do parecer preliminar, com a devida comprovação técnica e legal, caso identifique erro ou omissão nas estimativas de receita ou alteração relevante na conjuntura macroeconômica, nos resultados fiscais ou nas despesas obrigatórias.

QUESTÃO 55

As emendas são a forma de o parlamentar propor modificações aos projetos de leis de natureza orçamentária. Considerando as regras do Congresso Nacional sobre emendas, julgue os itens seguintes.

- ❶ As emendas às proposições em tramitação na comissão serão obrigatoriamente rejeitadas, em sua primeira votação, quando contrariarem as normas constitucionais, legais e regimentais.
- ❷ As emendas ao projeto de lei orçamentária anual e aos projetos de lei de créditos adicionais que proponham inclusão ou acréscimo de valor somente poderão ser aprovadas pela comissão caso não sejam constituídas de várias ações que devam ser objeto de emendas distintas.
- ❸ Cada parlamentar poderá apresentar até vinte emendas individuais ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, quanto ao seu anexo de metas e prioridades do orçamento anual, excluídas deste limite aquelas destinadas ao texto da lei.
- ❹ As bancadas estaduais com mais de dez parlamentares poderão apresentar, além do mínimo de dez emendas, uma emenda adicional para cada grupo completo de cinco parlamentares da bancada que excederem a dez parlamentares.
- ❺ Nenhuma emenda poderá ser atendida em valor superior ao da proposição original.

QUESTÃO 56

Um grupo de 52 programas e projetos estratégicos foi escolhido como prioritário na ação do governo federal nos próximos dois anos. Esta escolha tem por objetivo impulsionar o desenvolvimento econômico e social equitativo e sustentável.

Em 2001, os programas estratégicos receberam R\$ 67,2 bilhões, sendo R\$ 25,1 bilhões provenientes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e R\$ 42,1 bilhões de outras fontes públicas e privadas. A área social absorverá 83% dos recursos destinados pela União aos programas estratégicos.

Além dos programas estratégicos, foram desenvolvidos planos de ação integrada para a solução de problemas complexos. Estes planos têm como objetivo comum a coordenação de esforços e recursos federais, estaduais, municipais e da sociedade.

Alguns exemplos de planos de ação: o Projeto Alvorada, estruturado para combater a pobreza extrema e a exclusão social; o Plano Nacional de Segurança Pública, que enfrenta a questão da violência e da criminalidade; e o Brasil Empreendedor, que promove o desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas para gerar mais empregos.

A implementação dos programas estratégicos e dos planos de ação integrada é realizada sob gerenciamento intensivo, de acordo com o modelo gerencial do Avanço Brasil, visando otimizar resultados com redução de prazos e custos.

Internet: <<http://www.abrasil.gov.br>> (com adaptações).

Os programas e projetos estratégicos referidos no texto acima para o período de 2000 a 2003 incluem o(a)

- ❶ Controle de Fronteiras para Proteção da Agropecuária.
- ❷ Biotecnologia e Recursos Genéticos – GENOMA.
- ❸ Desenvolvimento de Micro, Pequenas e Médias Empresas.
- ❹ Erradicação do Trabalho Escravizador e Degradante.
- ❺ Prevenção, Controle e Assistência aos Portadores de Doenças Sexualmente Transmissíveis e da AIDS.

Relatório de gestão fiscal do estado de Goiás
(em R\$ 1,00 corrente)

Período: 1.º quadrimestre/2001

I – comparativos

descrição da receita / despesa	últimos 12 meses		1.º quadrimestre/2001	
	R\$	%	R\$	%
receita corrente líquida – RCL	2.834.477.703	100,00	974.502.685	100,00
despesas totais com pessoal (*)	1.434.763.642	50,62	474.796.378	48,72
limite prudencial (95% – art. 22 par. Único)	1.308.678.356	46,17	449.927.889	46,17
limite legal (art. 20)	1.377.556.164	48,60	473.608.305	48,60
excesso a regularizar (art. 20)	-57.207.478	-2,02	-1.188.073	-0,12
despesa líquida inativos e pensionistas				
total das despesas	457.815.808		160.004.812	
dívida consolidada líquida				
saldo devedor			8.733.683.646	220,66
limite legal			3.957.996.738	100,00
excesso a regularizar			-4.775.686.908	-120,66
dívida mobiliária				
não há				
concessões de garantias				
montante (estoque)			29.985.054	5,45
limite legal			549.721.769	100,00
operações de crédito (exceto ARO)				
não há				
antecipação de receitas orçamentárias (ARO)				
não há				

(*) Excluídos os pensionistas, de acordo com a resolução n.º 405/2001 – TCE.

II – indicação das medidas adotadas ou a adotar (caso os limites acima sejam ultrapassados)

1 – despesa total com pessoal	Contenção dos gastos com folha de pagamento, estimando-se, no presente exercício de 2001, se consolidará a tendência já verificada neste quadrimestre em que o déficit foi reduzido de -2,72 (no 3.º quadrimestre/2000) para -0,12 (no 1.º quadrimestre de 2001).
2 – dívida consolidada	Estima-se que a dívida seja reduzida em 6% com o abatimento da parte estadual no BEG (Lei n.º 9.496/1997). Com a revisão dos contratos, espera-se uma redução de 12%, no mesmo montante. Pelo lado da receita, espera-se um crescimento de 15% da receita líquida.

SEFAZ, AGANP, SIOFI e SCP.

Com base nos dados apresentados e na Lei de Responsabilidade Fiscal, após o período imediatamente subsequente ao relatório, ao poder executivo do estado de Goiás

- ❶ estava vedada a criação de cargo, emprego ou função.
- ❷ estavam vedados o provimento de cargo público e a admissão ou contratação de pessoal a qualquer título.
- ❸ estava facultada a redução temporária da jornada de trabalho dos servidores com adequação dos vencimentos à nova carga horária, como medida para reduzir despesas com pessoal.
- ❹ estava proibida a realização de operação de crédito interna ou externa de qualquer natureza.
- ❺ caberia o constrangimento de constar da relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária que o Ministério da Fazenda deve divulgar mensalmente.

QUESTÃO 58

Ao promulgar a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Brasil dá mostras de maturidade política e administrativa. Maturidade política, porque se empenhou determinadamente na edição de uma lei com tamanhas implicações no cotidiano da administração pública, mesmo ciente de que contrariava práticas antigas, por muitos adotadas no trato das finanças públicas. Maturidade administrativa, porque quase doze anos depois da Constituição da República ser aprovada, regulamentam-se importantes disposições suas e, com isso, vêm-se finalmente estabelecidas as bases imprescindíveis para a implantação definitiva no país de um projeto há muito idealizado, mas nunca concretizado a contento. Refiro-me ao orçamento-programa, cujo conceito vai muito além da mera previsão de receitas e fixação de despesas, com o único fim de atender à formalidade da lei.

Isso, no entanto, por si só, é insuficiente para transformar as finanças públicas no Brasil e, assim, realizar o fim último da Lei de Responsabilidade Fiscal. Resta, agora, a nós outros, pô-la em prática, conferir-lhe eficácia, tarefa sem dúvida árdua, porquanto a nova lei introduz novos conceitos, que demandam esforço para ser incorporado, e destrói convicções tradicionais, já arraigadas na cultura político-administrativa brasileira.

Robson Marinho. Presidente do TCSP,
Manual Básico da LRF (com adaptações).

De acordo com o texto acima, a Lei de Responsabilidade Fiscal introduziu novos conceitos no campo das finanças públicas. No que se refere ao controle e à avaliação da execução orçamentária, essa lei alterou substancialmente a atuação dos tribunais de contas, atribuindo-lhes

- ❶ a competência de verificarem os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão.
- ❷ o dever de não entrarem em recesso enquanto existirem contas de Poder, ou órgão pendentes de parecer prévio.
- ❸ o dever de sempre emitirem parecer prévio conclusivo acerca das contas prestadas pelo chefe do Poder Executivo no prazo de sessenta dias do recebimento.
- ❹ o dever de emitirem parecer prévio, separadamente, acerca das contas prestadas pelos chefes do Poder Executivo, a dos presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do chefe do Ministério Público.
- ❺ o dever de alertarem os poderes ou órgãos quando constatarem que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou o limite prudencial.

QUESTÃO 59

A Lei de Diretrizes Orçamentárias representa importante documento no processo orçamentário ampliado instituído pela Constituição de 1988, tendo, entre outras tantas atribuições, disciplinar procedimentos sobre a organização da elaboração e da execução orçamentária. Tem, rotineiramente, estabelecido procedimentos adicionais a legislação permanente acerca das alterações a serem efetuadas a lei orçamentária mediante créditos adicionais. Nesse sentido, a Lei n.º 10.266, de 24/7/2001, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2002, estabelece que

- ❶ acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais as exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução das atividades, dos projetos, das operações especiais e dos respectivos subtítulos e metas.
- ❷ os projetos de lei relativos a créditos adicionais solicitados pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público da União, com indicação dos recursos compensatórios destinados a pessoal e dívida, serão encaminhados ao Congresso Nacional no prazo de até sessenta dias, a contar da data do pedido.
- ❸ os créditos adicionais destinados a despesas com inversões financeiras serão encaminhados ao Congresso Nacional por intermédio de projetos de lei específicos e exclusivamente para essa finalidade.
- ❹ os créditos adicionais aprovados pelo Congresso Nacional serão considerados automaticamente abertos com a sanção e publicação da respectiva lei.
- ❺ os projetos de lei de créditos especiais terão como prazos improrrogáveis para encaminhamento ao Congresso Nacional a data de 31 de agosto de 2002.

QUESTÃO 60

Uma das discussões que se prolongam no país é a que versa a respeito das relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil (BACEN), dadas as repercussões que trazem para a sociedade. No que se refere à legislação vigente acerca do assunto, julgue os itens que se seguem.

- ❶ As disponibilidades de caixa da União depositadas no BACEN serão remuneradas pela taxa média aritmética ponderada da rentabilidade intrínseca dos títulos da dívida pública mobiliária federal interna de emissão do Tesouro Nacional em poder do BACEN.
- ❷ O resultado apurado no balanço semestral do BACEN após computadas eventuais constituições ou reversões de reservas será considerado, se negativo, obrigação da União para com o BACEN, devendo ser objeto de pagamento até o 10.º dia útil do exercício subsequente ao da aprovação do balanço pelo Conselho Monetário Nacional.
- ❸ O pagamento do resultado positivo do BACEN ao Tesouro Nacional será destinado exclusivamente ao pagamento da dívida pública mobiliária federal, devendo ser amortizada, prioritariamente, aquela existente junto ao BACEN.
- ❹ O balanço do BACEN será semestral e considerará o período de 1.º de janeiro a 30 de junho e de 1.º de julho a 31 de dezembro.
- ❺ A integralização de cotas e ações de organismos internacionais de que a União participe é de responsabilidade do BACEN, e a esse resultado incorporar-se-ão as respectivas receitas e despesas.

QUESTÃO 61

Nos últimos anos, um conjunto amplo de medidas de natureza fiscal foi adotado pelo governo federal, atingindo todos os níveis da federação. Em que pese o esforço realizado, crises internacionais têm afetado negativamente a economia brasileira, em particular o setor público e o esforço de ajuste fiscal. Com relação a esse assunto, julgue os itens abaixo.

- ❶ O resultado primário consolidado do governo brasileiro evoluiu de um resultado negativo em 1998 para um superávit superior a 6% do PIB em 2000.
- ❷ O crescimento da carga tributária contribuiu significativamente para atingir resultados positivos, que entre 1997 e 2001 cresceu aproximadamente 10% em relação à sua participação no PIB.
- ❸ O resultado primário consolidado dos estados e municípios evoluiu de um resultado negativo em 1998 para um superávit superior a 5% do PIB em 2000.
- ❹ A dívida líquida consolidada dos governos estaduais e municipais, em maio de 2001, superava R\$ 500 bilhões.
- ❺ A renegociação das dívidas dos governos subnacionais transferiu para o governo central a responsabilidade por parte do ajuste fiscal daquela esfera, além do risco fiscal associado a oscilações nas taxas de juros.

QUESTÃO 62

Dentro do modelo federativo brasileiro, para reduzir as desigualdades regionais, a Constituição da República estabelece uma série de mecanismos de descentralização de recursos federais. Julgue os itens a seguir, acerca desses instrumentos.

- ❶ O Fundo de Participação dos Estados (FPE) é composto por 21,5% do produto da arrecadação (receita bruta menos incentivos fiscais e restituições) dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.
- ❷ O Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é composto por 22,5% do produto da arrecadação (receita bruta menos incentivos fiscais e restituições) dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados.
- ❸ Do valor total destinado ao FPM, 30% são distribuídos entre os municípios das capitais, 65% entre os demais municípios, e o restante, 5%, entre os municípios do interior com mais de 220.000 habitantes. Da mesma forma que o FPE, por ser um fundo constituído da receita de impostos, sua magnitude está diretamente relacionada à atividade econômica do país, ou seja, quanto maior o produto interno, maior tende a ser o volume de transferências.
- ❹ Aos fundos constitucionais de financiamento do Centro-Oeste, Norte e Nordeste, são destinados 5% do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados. Os recursos desses fundos deverão ser aplicados em programas de financiamento ao setor produtivo dessas regiões, por meio de instituições financeiras de caráter regional. Do montante dos recursos, 50% são destinados à região Nordeste, 25% à região Norte e 25% à região Centro-Oeste.
- ❺ O Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados (FPEX) tem por objetivo compensar financeiramente os estados pela desoneração da incidência do ICMS na exportação de produtos industrializados. O FPEX, composto por 10% do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, é distribuído entre os estados e o Distrito Federal proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados. Porém, nenhum estado pode receber mais do que 20% do total dos recursos a serem distribuídos, devendo o eventual excedente ser distribuído entre as demais unidades da federação, mantido o critério de partilha estabelecido.

QUESTÃO 63

Por ser considerada bem semipúblico ou meritório, a educação possui regras particulares de financiamento no país. A respeito desse tema, julgue os itens abaixo.

- ❶ Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) serão obrigatoriamente aplicados na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental público e na valorização do magistério, sendo vedada sua utilização como garantia de operações de crédito internas e externas, admitida somente sua utilização como contrapartida em operações de financiamento de projetos e programas de ensino fundamental.
- ❷ O FUNDEF é composto por 15% das receitas provenientes da CPMF, do ICMS, do IPI exportação e de complementações da União para alcançar determinado valor mínimo a ser definido anualmente.
- ❸ A instituição do FUNDEF desobriga o estado e o município da aplicação constitucional de 25% da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção do ensino.
- ❹ A distribuição dos recursos do FUNDEF, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, dar-se-á entre o governo federal e os governos municipais, na proporção do número de alunos matriculados anualmente nas escolas cadastradas das respectivas redes de ensino, considerando-se para esse fim as matrículas na pré-escola e da 1.^a a 4.^a séries do ensino fundamental. A distribuição, a partir de 1998, considera, ainda, a diferenciação de custo por aluno, segundo níveis de ensino e tipos de estabelecimento. Para o cálculo das cotas-partes dos estados, o Ministério da Educação (MEC) realizará anualmente censo educacional, cujos dados serão publicados no Diário Oficial (DO).
- ❺ A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos estados, Distrito Federal e aos municípios deve ser considerada, para efeito do cálculo do percentual a ser gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino, receita do governo a transferir.

QUESTÃO 64

Mesmo antes de Adam Smith, economistas e filósofos sociais preocupavam-se com a equidade fiscal. Seus pensamentos geraram duas teorias básicas: a dos “benefícios recebidos” e a da “capacidade de pagamento”. A teoria dos benefícios foi a primeira a ser desenvolvida e utilizada extensivamente. Com o advento do marginalismo — especificamente a utilidade marginal aplicada na determinação do valor e preço — o princípio da capacidade de pagamento evoluiu consideravelmente.

Boa parcela do nexo desses princípios é devida ao próprio Adam Smith que, em **A Riqueza das Nações** (1776), estabeleceu que “os cidadãos de qualquer estado devem contribuir para o suporte do governo, tanto quanto possível, na proporção de sua capacidade, ou seja, da renda que usufruem sob a proteção do estado”.

Essa passagem reflete os dois pensamentos históricos a respeito da equidade tributária. Smith, primeiramente, afirma que os cidadãos devem pagar de acordo com sua capacidade: esta proposição é desenvolvida no princípio da “capacidade de pagamento”. A segunda proposição — “na proporção da renda que usufruem sob a proteção do estado” — implica que os cidadãos devem ser tributados com base nos benefícios que derivam das ações governamentais. Essa é a essência do princípio tributário do “benefício”.

Smith reconheceu, também, o princípio da progressividade na tributação. Na mesma obra, estipula que “não é irrazoável que os ricos devam contribuir para a despesa pública, não apenas na proporção de suas rendas, mas em algo mais do que essa proporção”.

Esses três princípios — benefício, capacidade e progressividade — fornecem as bases para as discussões correntes da equidade fiscal.

Richard Musgrave. **Finanças Públicas** (com adaptações).

Considerando o texto acima, julgue os itens seguintes.

- ❶ O tributo que melhor espelha o princípio do benefício é a contribuição de melhoria, na qual o cidadão contribui em função do benefício que obteve na valorização de seu imóvel, decorrente de obra pública.
- ❷ A aplicação do enfoque do benefício à questão da tributação, ainda que teoricamente defensável, esbarra na impossibilidade de mensuração dos benefícios via preço, aliada ao aspecto de que sua eventual aplicação, ainda que pudesse trazer benefícios alocativos, inibia a prática das políticas fiscais redistributivas e estabilizadoras.
- ❸ O princípio de capacidade de pagamento sugere que os contribuintes devem arcar com cargas fiscais que representem igual sacrifício de bem-estar, interpretado pelas perdas de satisfação no setor privado. Esse objetivo pode ser melhor descrito pelas noções de equidade horizontal e equidade vertical.
- ❹ Os pressupostos de que a equidade exige igual sacrifício para todos e de que a igualdade de sacrifício exige que se cobrem mais impostos dos ricos são distintos. A noção do igual sacrifício decorre de um julgamento ético, enquanto a idéia de mais impostos para os ricos apóia-se na crença de que a renda é sujeita à lei da utilidade marginal decrescente e que sua utilidade é comparável entre pessoas.
- ❺ Dado que o tributo é norma de rejeição social, quanto mais simples forem as regras de tributação e o procedimento arrecadatório, maior tende a ser o afluxo de rendas ao erário. Regras complexas e procedimentos inconvenientes afastarão o contribuinte que, naturalmente, já não tem vontade de pagar tributos.

QUESTÃO 65

A inflação, por provocar deslocamentos de renda dentro da economia em favor do setor público, tem gerado o que se costuma denominar de imposto inflacionário. Ademais, a inflação provoca outros efeitos sobre o sistema tributário, modificando os impactos previstos em sua definição original. Acerca desse tema, julgue os itens a seguir.

- ❶ Para as pessoas de menor renda, em que a relação encaixes/renda é maior, maior é o pagamento do imposto inflacionário, principalmente porque tais indivíduos não têm acesso aos mecanismos financeiros de proteção da renda que são abertos às classes mais aquinhoadas.
- ❷ Em suas estimativas para o Brasil, Simonsen e Cysne apuraram, durante o período de 1960 a 1987, um imposto inflacionário médio superior a 5,4% do PIB.
- ❸ A perda de valor real da receita de um tributo em função da inflação, denominada efeito Tanzi, pode decorrer da perda de valor da base de cálculo, da defasagem entre a ocorrência do fato gerador e a data da apuração do imposto e do espaço de tempo existente entre a apuração e o recolhimento do valor do imposto aos cofres públicos.
- ❹ Em um cenário inflacionário, as deduções de depreciação efetuadas pelas empresas, uma vez realizadas com base em registros históricos, acabam sendo mais que suficientes para repor o desgaste do capital. Essa distorção faz que os lucros da entidade sejam subestimados para fins de tributação.
- ❺ Se o esquema de indexação for falho, os contribuintes de menor nível de renda, geralmente assalariados que têm a imposição descontada na fonte, com a elevação da renda nominal, são catapultados para uma faixa de tributação maior dentro do imposto de renda na fonte, sem que tenham recebido acréscimos reais em suas rendas.

QUESTÃO 66

Uma atribuição básica dos bancos centrais é gerenciar os níveis de demanda e oferta de moeda, para manter a economia em nível adequado de estabilidade. Com esse objetivo, é necessário controle sobre os fatores que atuam sobre o mercado monetário, bem como sobre as metodologias disponíveis ao setor público, para nele intervir. Considerando essas informações, julgue os itens abaixo.

- ❶ Caso uma unidade familiar retenha moeda em seu poder, existe um custo no que se refere à possibilidade de consumo, que decresce quando a taxa nominal de juros aumenta.
- ❷ A observação empírica nas nações de maior PIB *per capita* demonstra que o grau de independência da autoridade monetária em relação ao poder político não afeta a taxa de inflação.
- ❸ No que se refere à demanda por moeda, o estudo atual da economia aponta para o fato de a demanda por moeda ser por saldos reais, inexistindo ilusão monetária.
- ❹ Os efeitos da política econômica monetária independem do tipo de regime cambial adotado por uma economia.
- ❺ O princípio conhecido como Lei de Gresham afirma que a moeda má retira a moeda boa do mercado.

QUESTÃO 67

São apresentados a seguir os fluxos de caixa de quatro projetos de investimento, considerados o investimento inicial e as receitas líquidas futuras projetadas.

projeto	investimento inicial	futuras receitas líquidas anuais (em R\$)			
		ano 1	ano 2	ano 3	ano 4
A	50.000	25.000	25.000	0	0
B	50.000	25.000	25.000	5.000	0
C	50.000	10.000	20.000	15.000	15.000
D	50.000	20.000	10.000	15.000	15.000

De acordo com os dados acima, julgue os itens seguintes.

- ❶ Para uma taxa de desconto de 1% ao ano, o projeto A não oferece lucro ao investidor.
- ❷ Entre os projetos A e B, considerando-se uma taxa de 12% ao ano para desconto e utilizando-se o método do valor atual, deve-se escolher o projeto B.
- ❸ Entre os projetos C e D, considerando-se uma taxa de 10% ao ano para desconto e utilizando-se o método do valor atual, deve-se escolher o projeto C.
- ❹ A taxa interna de retorno do projeto A é superior a 2% ao ano.
- ❺ A taxa interna de retorno do projeto B é inferior a 5% ao ano.

RASCUNHO**QUESTÃO 68**

Acerca do tema política fiscal, julgue os itens abaixo.

- ❶ Os denominados estabilizadores automáticos são referentes às mudanças automáticas que ocorrem nas receitas tributárias e nas transferências governamentais quando a economia atravessa um período de recessão ou de crescimento econômico acelerado.
- ❷ Caso a economia apresente um hiato inflacionário, o governo deveria adotar políticas macroeconômicas expansionistas, se quiser atingir o pleno emprego.
- ❸ No modelo clássico, a propensão marginal a consumir é definida pela razão entre a variação no consumo e a renda total.
- ❹ Se a função consumo for dada por $C = 70 + 0,75Y_d$, então a função poupança será definida por $S = 70 - 0,25Y_d$.
- ❺ Se a propensão marginal a consumir for 0,6 e nenhuma outra variável for relacionada à renda, então é correto afirmar que o multiplicador das variações nos gastos do governo será igual a 5.

QUESTÃO 69

Suponha que uma economia nacional apresente-se conforme os dados abaixo.

$$C = 25 + 0,75Y_d;$$

$$I = 125;$$

$$G = 225;$$

$$T = 100.$$

Com base nesses dados, julgue os itens a seguir.

- ❶ O nível corrente da renda de equilíbrio é 1.200.
- ❷ Supondo que o nível da renda de pleno emprego (Y_p) seja 1.500, o governo poderá levar a economia ao pleno emprego por meio de variações em seus gastos (G) em 75.
- ❸ Supondo que o nível da renda de pleno emprego (Y_p) seja 1.500, o governo poderá levar a economia ao pleno emprego por meio de variações nos impostos (T) de -100.
- ❹ Supondo que o nível da renda de pleno emprego (Y_p) seja 1.500, o governo poderá levar a economia ao pleno emprego utilizando o chamado modelo do orçamento equilibrado variando, então, (G) e (T) em 300.
- ❺ Não é possível o equilíbrio, pois as equações estão definidas incorretamente.

QUESTÃO 70

A análise custo-benefício pode ser considerada uma parte da teoria geral do orçamento de capital. Mas, sua aplicação ao setor público, em vez do planejamento privado, envolve dificuldades especiais. Com relação a esse tema, julgue os itens abaixo.

- ❶ O critério de retorno classifica os projetos de acordo com o tempo em que eles pagam o investimento original. Há preferências por projetos que cubram o investimento original ou a despesa no menor período de tempo. Dado um total fixo de capital inicial, os projetos são classificados em ordem descendente de preferência; à medida que seu período de retorno torna-se mais longo, os projetos são selecionados a partir do início da lista até que o capital seja esgotado. Esse método, porém, ignora o fluxo de retornos além do período de pagamento do capital e não leva em conta o padrão de receita dentro do período de retorno. Não considera a possibilidade de que alguns projetos envolvam despesas de capital em outros períodos que não o inicial. Dessa forma, esse critério ignora muito o padrão tempo e, também, alguns dos benefícios líquidos dos projetos.
- ❷ O critério de eficiência marginal ou taxa de retorno interno considera todos os custos e benefícios, mas não leva em conta o período de tempo dos mesmos. Considerando R_j como a soma de benefícios líquidos (recebimentos ou benefícios totais menos custos) durante a vida do projeto e K_j como o investimento inicial necessário no projeto j , os projetos com os maiores valores R_j / K_j e com maior retorno líquido por unidade monetária de investimento inicial são preferidos nesse critério. Dessa forma, se os fundos iniciais forem limitados, os projetos são classificados em ordem descendente de preferência, sendo preferidos aqueles com maiores valores $R_j K_j$.
- ❸ O critério do retorno total por unidade monetária de despesa indica que o investimento deve ser empreendido enquanto sua eficiência marginal excede a taxa de juros. Então, há um excedente ou lucro após o pagamento de juros (ou após a provisão para o juro perdido pelo não-empréstimo da soma de capital envolvida). Se os juros tiverem oferta ilimitada à taxa de juros vigente, os projetos selecionados por esse critério não diferem. Mas, se a oferta de capital for limitada, o que é muito comum, suas recomendações não são as mesmas, e o critério pode provocar erros.
- ❹ Nem todos os projetos autofinanciam-se após o período inicial. O capital adicional, às vezes, precisa ser encontrado em períodos posteriores e nova escassez de fundos pode, então, surgir. Isso pode afetar o procedimento de avaliação, e a seleção simples dos projetos pela preferência aos que têm a maior margem de custo-benefício pode ser inadequada.
- ❺ Se os retornos líquidos descontados forem função do investimento inicial e se retornos marginais decrescentes ocorrerem, o valor presente dos fundos iniciais, que podem ser investidos, somente é maximizado se estes forem alocados de forma a igualar os benefícios líquidos marginais descontados de todos os empreendimentos que têm um benefício líquido descontado. Mas isso está sujeito à condição de que nenhum investimento em um projeto deva proceder até o ponto em que torne seu benefício líquido marginal descontado inferior a zero.

QUESTÃO 71

O conceito de incidência até agora utilizado abstrai as conseqüências econômicas dos gastos públicos financiados com a conseqüente arrecadação, o que reduz o quadro do impacto total atribuível a um dado pacote de medidas tributárias. Como ilustração, suponha que os fundos adquiridos por meio de um imposto sobre as vendas sejam utilizados na construção de centros educacionais na periferia da cidade. Esse tipo de imposto tende a ser regressivo em sua cobrança — grupos de baixa renda pagam mais desse imposto relativamente aos grupos de maior renda. Os benefícios gerados pelos gastos em centros educacionais periféricos, por sua vez, tendem a concentrar-se nos grupos de baixa renda, aspecto que deve ser considerado no objetivo da equidade. Evidentemente, desse ponto de vista, o financiamento dos mesmos gastos via imposto progressivo seria superior.

O aspecto básico é o de que não podemos olhar a incidência isoladamente, mas no contexto da distribuição total do impacto da arrecadação e gastos orçamentários, o que pressupõe um modelo analítico de equilíbrio geral.

Richard Musgrave e Peggy Musgrave. *Teoria das Finanças Públicas* (com adaptações).

Dentro do contexto econômico do fenômeno tributário e considerando o texto acima, julgue os itens que se seguem.

- ❶ As margens de isenção no imposto de renda da pessoa física são compatíveis com a proposição de que há um mínimo exigido pelas unidades familiares para sua subsistência e reprodução, e que os gastos realizados nesse nível não atestam capacidade de pagamento.
- ❷ Se $X_s = 300p - 2.000$ e $X_d = 10.000 - 100p$, após a aplicação de um imposto específico de R\$ 5,00, o preço de equilíbrio será igual a R\$ 39,25.
- ❸ De acordo com o princípio da neutralidade, o tributo ideal teria a virtude de não interferir nas decisões de alocação de recursos tomadas com base no mecanismo de mercado. Logo, o tributo sobre o consumo mais próximo da obediência a esse princípio é um imposto sobre todas as operações de venda de bens e serviços, com alíquota uniforme e calculado sobre o valor agregado pelos sujeitos passivos da obrigação tributária.
- ❹ Um imposto sobre vendas, com alíquota uniforme e incidindo sobre todas as vendas de bens e serviços é progressivo, porque os consumidores situados nos níveis inferiores de renda contribuirão, proporcionalmente, menos que os situados nos níveis superiores.
- ❺ A curva reversa origina-se dos efeitos causados pela instituição ou aumento das alíquotas do imposto sobre a renda sobre a oferta de trabalho. Nesse modelo, o efeito-renda ocorre porque a instituição ou aumento do imposto de renda diminui o valor do salário adicional ganho por horas trabalhadas e o efeito-substituição decorre da diminuição do total de renda líquida do trabalhador em função da instituição ou aumento do imposto de renda.

RASCUNHO

QUESTÃO 72

Um dos modelos econômicos tradicionais que representa de forma simplificada a combinação das ações de política monetária e política fiscal é o denominado modelo IS/LM. Com relação a esse modelo, julgue os itens a seguir.

- ❶ Um aumento no componente autônomo do investimento provoca um deslocamento ao longo da curva IS, elevando o nível de Y.
- ❷ A curva IS se deslocará para a esquerda, caso haja um aumento nos impostos.
- ❸ Um aumento nas exportações representa um aumento autônomo na despesa e, portanto, provocará um deslocamento da curva IS para a esquerda.
- ❹ A curva IS será tanto mais inclinada quanto mais inelástico à taxa de juros for o investimento.
- ❺ A posição da curva IS depende do montante dos gastos autônomos, enquanto sua inclinação depende da elasticidade do investimento à taxa de juros.

QUESTÃO 73

No grupo juros e encargos da dívida da lei orçamentária anual classificam-se as despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas, bem como da dívida pública mobiliária federal interna e externa. Os juros constantes do grupo de natureza da despesa (juros e encargos da dívida), diferem dos utilizados no cálculo das necessidades de financiamento do setor público (NFSP), conceito utilizado por influência da metodologia do Fundo Monetário Internacional. As diferenças residem em que, na programação de despesas do orçamento, os juros

- ❶ incluem a atualização monetária e, no cálculo das NFSP, não.
- ❷ são incluídos pelo valor nominal e, no cálculo das NFSP, pelo valor real.
- ❸ são estimados pelo BACEN e, no cálculo das NFSP, pelos Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- ❹ incluem o governo federal (orçamentos fiscal e da seguridade social) e, no cálculo das NFSP, o governo central (Tesouro Nacional e BACEN).
- ❺ incluem a dívida pública de responsabilidade do tesouro (em poder do público e em carteira do BACEN) e, no cálculo das NFSP, a dívida pública do governo central (tesouro e BACEN) em poder do público.

QUESTÃO 74

Na Lei Orçamentária, é possível identificar as fontes de financiamento da seguridade social, definidas pela Constituição da República e pela legislação infraconstitucional, mediante a observação da classificação por fontes de recursos, que foi reorganizada pela Portaria n.º 1, de 19/2/2001. As fontes de recursos da seguridade social, consoante essa classificação, incluem a(s)

- ❶ contribuições sobre a arrecadação dos fundos de investimentos regionais e sobre os prêmios de concursos de prognósticos.
- ❷ renda líquida da loteria federal instantânea.
- ❸ contribuição para o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional.
- ❹ contribuição social sobre o lucro líquido das pessoas jurídicas.
- ❺ contribuição para o plano de seguridade social do servidor.

QUESTÃO 75

As repartições públicas, assim como as empresas privadas, possuem um patrimônio que é movimentado diariamente, demandando um acompanhamento diário (registro e controle) para que os administradores públicos avaliem se os objetivos da instituição, pela qual são responsáveis, estão sendo atingidos. Tais procedimentos permitem, ainda, que a sociedade possa verificar se os recursos públicos estão sendo diligentemente administrados. A contabilidade é uma ciência que permite, por meio de suas técnicas, registrar todos os atos e fatos relevantes a esses aspectos, controlando permanentemente o patrimônio e oferecendo subsídios para a adequada tomada de decisão. A contabilidade pública é o ramo da contabilidade que tem por objetivo aplicar os conceitos, princípios e normas contábeis na gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública, e, como ramo da contabilidade, oferecer à sociedade, de maneira transparente e acessível, o conhecimento amplo sobre a gestão da coisa pública. No Brasil, as principais diferenças existentes entre a contabilidade pública e aquela praticada nas empresas privadas incluem o(a)

- ❶ regime adotado para apropriação de receitas.
- ❷ obrigatoriedade existente na contabilidade pública de atualização monetária anual do valor patrimonial dos bens móveis e imóveis constantes do ativo permanente.
- ❸ diversidade de critérios para apropriar o valor dos bens de almoxarifado.
- ❹ contabilização da elaboração e da execução orçamentária.
- ❺ elaboração da demonstração das variações patrimoniais, que é obrigatória para o setor privado e opcional no setor público.

QUESTÃO 76

Na administração pública federal, o conceito de material corresponde à designação genérica de equipamentos, componentes, sobressalentes, acessórios, veículos em geral, matérias-primas e outros itens empregados ou passíveis de emprego nas atividades das organizações públicas federais, independentemente de qualquer fator, bem como aquele oriundo de demolição ou desmontagem, aparas, condicionamentos, embalagens e resíduos economicamente aproveitáveis. Do ponto de vista da contabilidade pública, na classificação da despesa orçamentária serão adotados os parâmetros excludentes, tomados em conjunto, para a identificação do material permanente. A respeito desses parâmetros, julgue as correlações apresentadas nos itens seguintes.

- ❶ Durabilidade – quando o material em uso normal perde as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de 4 anos.
- ❷ Fragilidade – quando a estrutura estiver sujeita a modificação, por ser quebradiça ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e(ou) perda de identidade.
- ❸ Perecibilidade – quando sujeito a modificações químicas ou físicas ou que se deteriora e perde sua característica normal de uso.
- ❹ Incorporabilidade – quando destinado à incorporação a outro bem, mesmo se puder ser retirado com algum prejuízo das características do principal.
- ❺ Transformabilidade – quando adquirido para fim de transformação.

QUESTÃO 77

O Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) baseia-se na utilização de eventos contábeis, ordenados em uma tabela, em que são organizados por classes. Como o evento representa o registro contábil de um determinado ato ou fato administrativo, na sua composição é determinado um roteiro contemplando todos os lançamentos que se fizerem necessários para que esse registro seja efetuado por completo. Os eventos contemplam tanto os lançamentos da unidade onde está sendo efetuado o registro, como os lançamentos da unidade receptora da ação efetuada. Com base nessa conceituação, julgue os itens abaixo.

- ❶ A apropriação da liquidação de direitos da administração pública utiliza-se de eventos da classe 60.
- ❷ A apropriação da previsão da receita aprovada na lei orçamentária utiliza-se de eventos da classe 80.
- ❸ A apropriação da liquidação de obrigações da administração pública utiliza-se de eventos da classe 53.
- ❹ A apropriação de empenhos da despesa autorizada utiliza-se de eventos da classe 20.
- ❺ A apropriação da liquidação de restos a pagar utiliza-se de eventos da classe 63.

QUESTÃO 78

Se o governo federal realizar uma operação de crédito, o registro contábil dessa operação

- ❶ provoca um lançamento no sistema compensado.
- ❷ corresponde ao lançamento de uma receita de capital no sistema financeiro.
- ❸ lança a crédito na conta receita realizada no sistema orçamentário.
- ❹ provoca o lançamento em uma conta de mutação passiva no sistema patrimonial.
- ❺ gera o lançamento a débito em uma conta do ativo circulante.

QUESTÃO 79

A Instrução Normativa n.º 1/2001, da Secretaria Federal de Controle Interno, define diretrizes, princípios, conceitos e aprova normas técnicas para a atuação do sistema de controle interno do poder executivo federal. Tal norma reorganizou as atividades do controle interno do Poder Executivo federal, tornando-se referência para todas as atividades de controle interno da administração pública no país. Julgue os itens abaixo, relativos aos conceitos e princípios defendidos por essa norma, no tocante à atividade de auditoria.

- ❶ A auditoria tem por objetivo primordial o de garantir resultados operacionais na gerência da coisa pública. Essa auditoria é exercida nos meandros da máquina pública em todos as unidades e entidades públicas federais, observando os aspectos relevantes relacionados à avaliação dos programas de governo e da gestão pública.
- ❷ Auditoria de desempenho operacional é a modalidade de auditoria realizada ao longo dos processos de gestão, com o objetivo de se atuar em tempo real sobre os atos efetivos e os efeitos potenciais positivos e negativos de uma unidade ou entidade federal, evidenciando melhorias e economias existentes no processo ou prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.
- ❸ A auditoria terceirizada é aquela coordenada pelo sistema de controle interno do Poder Executivo federal com o auxílio de órgãos/instituições públicas ou privadas.
- ❹ Os testes substantivos visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
- ❺ É necessário observar a finalidade específica de cada técnica auditorial, com vistas a evitar a aplicação de técnicas inadequadas, a execução de exames desnecessários e o desperdício de recursos humanos e de tempo.

QUESTÃO 80

O SIAFI foi implantado pelo governo federal com o objetivo de promover a modernização e a integração dos sistemas de programação financeira, de execução orçamentária e de contabilidade nos seus órgãos e entidades públicas. No SIAFI, diferentemente da contabilidade comercial, que procede os registros desses documentos em livros próprios, a contabilidade pública registra a entrada de dados necessários à execução orçamentária, financeira e contábil por meio de documentos constantes no próprio sistema, cuja instrução de preenchimento está contida na transação correspondente. Com base nesse contexto, julgue os itens abaixo.

- ❶ A guia de recebimento (GR) destina-se a registrar a arrecadação dos tributos e outras receitas efetivadas pelos órgãos e entidades, por meio de transferências de recursos intra-SIAFI entre a unidade gestora recolhadora e a conta única do Tesouro Nacional.
- ❷ A nota de lançamento (NL) destina-se a registrar os eventos vinculados ao recolhimento de numerário à conta bancária da unidade gestora.
- ❸ A nota de sistema destina-se ao registro de detalhamento dos créditos previstos no orçamento geral da União, bem como a inclusão desses créditos.
- ❹ A nota de empenho destina-se a registrar os eventos vinculados ao comprometimento de despesa, bem como os casos em que se faça necessário o reforço ou a anulação da despesa compromissada.
- ❺ A nota de movimentação de crédito destina-se ao registro dos eventos vinculados à transferência de disponibilidade orçamentária entre as unidades gestoras e entre órgãos.